

Estudo Técnico Preliminar 66/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 089012/2024-03

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar trata da análise da viabilidade da contratação de empresa especializada na execução de obras para Reforma do Auditório Newton da Silva Maia, situado no Centro de Tecnologia e Geociências (CTG) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A obra compreende uma área total de intervenção de 1151,20 m², e a contratação planejada se dará com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e demais equipamentos necessários à execução contratual.

O Auditório Newton da Silva Maia possui como principal finalidade atender às necessidades de estudantes, professores, pesquisadores e técnicos em educação do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG). Tais necessidades consistem na realização de aulas, palestras, colóquios e demais eventos científicos.

Entretanto, para atender satisfatoriamente tais necessidades, o Auditório necessita de ações de requalificação, visando, sobretudo:

Propiciar condições adequadas de acessibilidade física a todos os seus usuários;

Propiciar condições adequadas de conforto acústico nos ambientes;

Melhorar o sistema de drenagem de águas pluviais;

Renovar os sistemas de forro, fachada, climatização e mobiliário;

Renovar as instalações elétricas da edificação;

Resgatar a estética original da edificação.

Nesse sentido, é necessário que haja a contratação de uma empresa com a expertise técnica necessária, de modo a executar essas ações de requalificação em perfeito atendimento às boas práticas construtivas e às normas técnicas aplicáveis.

Por fim, aplicam-se a esta contratação os seguintes instrumentos normativos e normas técnicas:

Licitações e contratos administrativos

1. Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

2. Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);

3. Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

Proteção ambiental

1. Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil);

Acessibilidade

1. ABNT NBR 9050/2020 (Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos).

2. ABNT NBR 16537 (Acessibilidade-Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

Canteiro de obras

1. NR 1 (Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais);

2. NR 4 (Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho);

3. NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes);

4. NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);

5. NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);

6. NR 8 (Edificações);

7. NR 9 (Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos);

8. NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);

9. NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);

10. NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);

11. NR 17 (Ergonomia);

12. NR 18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção);

13. NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);

14. NR 26 (Sinalização de segurança);

15. NR 28 (Fiscalização e penalidades).

Drenagem de Águas Pluviais

1. ABNT NBR 10844 (Instalações Prediais de Águas Pluviais - Procedimento).

Estruturas de Concreto Armado

1. ABNT NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);
2. ABNT NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto - Procedimento);
3. ABNT NBR 6122 (Projeto e execução de fundações);

Instalações Cabeamento Estruturado

1. NBR 14565 (Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada);
2. NBR 16415 (Caminhos e espaços para cabeamento estruturado);

Instalações Elétricas de baixa tensão

1. NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão);

Instalações Hidrossanitárias

1. NBR 8160 (Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução);
2. NBR 5626 (Instalação predial de água fria);

Instalações Mecânicas

1. ABNT NBR 16858 (Elevadores – Requisitos de segurança para construção e instalação)
2. ABNT NBR 5665 (Cálculo de Tráfego nos Elevadores);
3. ABNT NBR NM 313 (Elevadores Elétricos de Passageiros – Requisitos para construção e instalação – Requisitos particulares para acessibilidade das pessoas, inclusive pessoas com deficiências);
4. ABNT NBR 14712 (Elevadores de carga, monta carga e elevadores maca – requisitos de segurança para construção e instalação);
5. ABNT NBR 9386 (Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional);

Instalações Prevenção e Combate a Incêndios

1. Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco e demais normas correlatas emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco;
2. ABNT NBR 10897 (Sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos - requisitos);
3. ABNT NBR 10898 (Sistema de iluminação de emergência);
4. ABNT NBR 11742 (Porta corta-fogo para saída de emergência);
5. ABNT NBR 12693 (Sistema de proteção por extintores de incêndio);
6. ABNT NBR 9077 (Saídas de emergência em edifícios);
7. ABNT NBR 17240 (Sistemas de detecção e alarme de incêndio - projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme).

Outas normas e atos normativos passíveis de aplicação

1. Plano Diretor do Campus Joaquim Amazonas;
2. Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife (Lei nº 16.176/96);
3. Código de Obras da Cidade do Recife (Lei nº 16.292/97);
4. ABNT NBR ISSO/CIE 8995-1 (Iluminação de Ambientes de Trabalho);
5. ABNT NBR 15575 (Edificações habitacionais – Desempenho).

Ressaltamos, contudo, que o rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de outras legislações e/ou normas técnicas aplicáveis à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, sejam elas nacionais ou internacionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS	CARLOS HENRIQUE LOPES FALCÃO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);

4.2. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;

4.3. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como;

(i) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

(ii) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

(iii) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

(iv) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

(v) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação /experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;

(vi) Conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;

4.4. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;

4.5. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;

4.6. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;

4.7. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;

4.8. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;

4.9. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;

4.10. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;

4.11. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico da contratação.

5. Levantamento de Mercado

No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e reformas de edificações existentes, com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou reforma de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do

interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Nesse sentido, diante do exposto no item 2 (Descrição da Necessidade) deste documento, a contratação de empresa de engenharia para execução da Reforma do Auditório Newton da Silva Maia é uma medida imprescindível ao atendimento das necessidades identificadas pela equipe da Superintendência de Projetos e Obras (SPO).

Ademais, a reforma do Auditório Newton da Silva Maia não é uma obra dotada de maiores complexidades, podendo ser facilmente executada pelas empresas e profissionais presentes na região.

A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame.

Além disso, os projetos foram desenvolvidos em fiel observância às normas técnicas e legislações vigentes, o que assegura que a solução desenvolvida se adequa às melhores práticas construtivas contemporâneas.

Ainda, ressalta-se que todos os insumos utilizados e serviços a serem realizados foram orçados por meio de tabelas oficiais, como a SINAPI, e cotações com fornecedores atuantes no mercado local.

Portanto, diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para realização da reforma do Auditório Newton da Silva Maia, situado no Centro de Tecnologia e Geociências da UFPE, mostra-se como uma solução viável e adequada ao atendimento dos objetos apresentados no item 2 (descrição da necessidade) deste documento.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução desenvolvida na presente contratação trata-se da execução de obra, definida pelo artigo 6º, XII, da lei 14.133 /21 como “toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;”;

6.2. Trata-se, também, de obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo, definida pelo Art. 6º, XVII, da Lei 14133/21, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto”;

6.3. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de execução indireta, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;

6.4. Ademais, o regime de execução a ser adotado será o de empreitada por preço unitário, tendo em vista que, por tratar-se de intervenção em edificação existente, é possível que se constate, durante a execução, variações nos quantitativos determinados em projeto, conforme entendimento explicitado no Acórdão nº 1.977/2013, do Tribunal de Contas da União;

6.5. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de 300 dias;

6.6. Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste documento não exige dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. De acordo com o projeto executivo de arquitetura elaborado pela arquiteta Priscila Oliveira (CAU A55735-8), as intervenções necessárias para a reforma Auditório Newton da Silva Maia, tratam-se, principalmente, das seguintes:

Coberta

1. Instalação de telha metálica trapezoidal do tipo TP-40.
2. Construção de algeroz em concreto, com impermeabilização em manta à base de asfalto modificado.
3. Construção de chapim em concreto aparente fundido *in loco*, com aplicação de silicone hidrorrepelente.
4. Impermeabilização de laje, pilares e vigas com manta à base de asfalto modificado, incluindo regularização de superfície e aplicação de proteção mecânica.
5. Instalação de estrutura metálica para sustentação das telhas, composta por perfis do tipo "U" enrijecido, com aplicação de tinta para proteção contra corrosão.

Pisos

1. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico de alta resistência rústico.
2. Aplicação de revestimento em placa de granito natural jateado, tipo cinza andorinha.
3. Aplicação de revestimento em manta vinílica acústica.
4. Aplicação de revestimento em soleira de granito natural.
5. Recuperação de piso existente em taco e acabamento em verniz.
6. Aplicação de fita antiderrapante do tipo Safety Walk.
7. Instalação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada de concreto.

8. Instalação de piso tátil de alerta em borracha sintética pastilhada.
9. Construção de rampa e calçada em concreto simples, com revestimento de alta resistência moldado in loco.
10. Formação de aterro com plantio de grama tipo esmeralda.
11. Instalação de piso elevado composto por duas placas de aço com preenchimento de concreto celular, dimensões 60x60 cm.
12. Construção de laje de piso em concreto simples.

Paredes

1. Aplicação de revestimento em porcelanato técnico de alta resistência rústico, dimensões 60x60cm, com aplicação de rejunte e argamassa tipo cimentcola flexível para assentamento de porcelanato.
2. Aplicação de revestimento tipo A esmaltado com alto relevo, com aplicação de argamassa tipo cimentcola flexível para assentamento de porcelanato.
3. Aplicação de chapisco, emboço e revestimento em massa única, com acabamento em massa corrida, base acrílica e pintura em látex acrílico.
4. Instalação de divisória em granito natural polido nas duas faces.
5. Instalação de revestimento em MDF com acabamento melamínico, em padrão refletor.
6. Instalação de painel em lâ de vidro aglomerada.
7. Instalação de revestimento em MDF com acabamento melamínico, em padrão absorvedor.
8. Aplicação de revestimento em pastilha cerâmica, dimensões 2,5x2,5 cm, com aplicação de argamassa colante e rejunte flexível.
9. Aplicação de revestimento em pastilha cerâmica, dimensões 5x5 cm, com aplicação de argamassa colante e rejunte flexível.
10. Aplicação de rodapé na escada do palco e no acabamento do palco em régua de madeira maciça tipo maçaranduba, com aplicação de verniz sintético incolor, acabamento brilhante.
11. Limpeza de parede em pedra natural e aplicação de resina impermeabilizante à base de água.
12. Instalação de estrutura em alumínio anodizado com venezianas.
13. Instalação de rodapé em placa de granito natural jateado.
14. Instalação de divisória em painel de madeira.
15. Construção de parede de gesso hidrofugado, espessura 7 cm.
16. Instalação de estrutura em metalon para suporte de esquadrias.

17. Preparo de jardineira composta por camada de impermeabilização, revestimento em argamassa com impermeabilizante e pintura em emulsão asfáltica.

Tetos

1. Aplicação de massa única e acabamento em massa corrida base PVA e pintura em látex PVA na cor branco gelo em laje existente.
2. Instalação de forro em placas de gesso, com aplicação de pintura em tinta acrílica antimoho.
3. Instalação de forro em MDF com acabamento melamínico, com padrão refletor.
4. Instalação de forro em MDF com acabamento melamínico, com padrão absorvedor.
5. Instalação de forro em placas de espuma acústica semi-rígida, de estrutura micro-celular, de classe IIA de reação ao fogo.
6. Construção de laje em concreto com chapisco, emboço e revestimento em pastilha cerâmica, dimensões 2.5x2.5 cm.

Esquadrias

1. Instalação de portas e janelas conforme quadro de esquadrias presente no projeto executivo de arquitetura.

Poltronas

1. Instalação de 229 unidades de poltrona para auditório, com prancheta escamoteável e tomada.
2. Instalação de 3 unidades de poltrona para auditório, em dimensões para pessoas obesas, com prancheta escamoteável e tomada.

Plataformas

1. Instalação de plataforma elevatória vertical – hidráulica, desnível de até 2 metros, com acessos adjacentes e enclausurada por vidro panorâmico.
2. Instalação de plataforma elevatória vertical – hidráulica, acima de 2 metros até 4 metros, com acesso unilateral e enclausurada por alvenaria.

Sanitários

1. Instalação de bancada em granito natural polido cinza andorinha, com testeira e respaldo.
2. Instalação de espelho cristal espessura 4 mm.
3. Instalação de bacia sanitária para caixa acoplada, com assento e anel de vedação.
4. Instalação de lavatório em louça na cor branco.
5. Instalação de cuba de embutir oval em louça.
6. Instalação de torneira metálica de mesa com fechamento automático para lavatório.

7. Instalação de ducha higiênica com registro e derivação.
8. Instalação de cabide com acabamento cromado.
9. Instalação de conjunto composto por uma botoeira e uma sirene audiovisual para emergência em sanitário PNE/PCD.
10. Instalação de dispenser para papel higiênico.
11. Instalação de dispenser para papel toalha.
12. Instalação de dispenser para sabonete líquido.
13. Instalação de barra de apoio horizontal reta em aço inox.
14. Instalação de barra de apoio vertical reta em aço inox.
15. Instalação de barra de apoio reta em aço inox.
16. Instalação de barra de apoio lateral, tipo “U” em aço inox.
17. Instalação de acabamento para registro de gaveta.

Outros

1. Instalação de tubo em aço inox AISI 304, acabamento escovado, espessura 1,50mm.
2. Instalação de tubo em aço inox AISI 304, acabamento escovado, espessura 2,77mm.
3. Instalação de barrotes de madeira maçaranduba com aplicação de substância ignifugante.

7.2 Estima-se que a área total de intervenção, extraída do projeto executivo de arquitetura, seja de 1151,50 m², incluindo, principalmente, os seguintes ambientes:

1. Térreo
 - 1.1 Palco.
 - 1.2 Auditório com capacidade para 250 lugares.
 - 1.3 Hall lateral.
 - 1.4 Hall frontal.
 - 1.5 Jardim.
 - 1.6 W.C Masculino.
 - 1.7 W.C Feminino.
 - 1.8 W.C. Acessível.
 - 1.9 Escada.

- 1.10 Plataforma elevatória de acesso ao palco.
- 1.11 Plataforma elevatória de acesso ao pavimento superior.
- 1.12 Circulação.
- 2. Primeiro pavimento
 - 1. Copa
 - 2. BWC.
 - 3. Circulação.
 - 4. Três salas para o apoio.
 - 5. Sala para som.

Por fim, insta esclarecer que todas as intervenções a serem realizadas, bem como seus respectivos quantitativos, estarão integralmente previstos no projeto executivo de arquitetura e na planilha orçamentária anexados ao projeto básico da contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.425.000,17

Estima-se que para a contratação seja necessário, conforme orçamento elaborado pela Divisão de Orçamento da SPO, o montante de R\$ 4.425.000,17 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais e dezessete centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de prejuízo para o conjunto ou complexo propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado.

Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

(Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOB, 2009)

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se vislumbra, até o presente momento, outras contratações correlatas ao objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de classe mundial, comprometida com a

transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.

O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2025, no item 362.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se que, após a conclusão da obra, o Auditório Newton da Silva Maia seja devolvido à comunidade acadêmica em condições técnicas, estéticas e funcionais adequadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão que lá serão realizadas.

13. Providências a serem Adotadas

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que:

A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.

Por outro lado, será necessária a elaboração de estudos, por parte dos dirigentes do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG), no sentido de avaliar o impacto da execução das obras nas atividades rotineiras desenvolvidas na edificação. Assim sendo, tal avaliação deverá prever o remanejamento das atividades que seriam realizadas no auditório para outros locais, de modo a não impactar negativamente no cronograma de execução da obra.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A reforma do auditório Newton da Silva Maia produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

A. Observar as determinações da Resolução n° 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.

C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado pela EMLURB, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.

A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:

A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.

B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:

(i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

(ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.

(iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de todo o exposto no presente documento, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria

de Licitações e Contratos da UFPE.

MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA

Membro da equipe de planejamento

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI

Membro da equipe de planejamento de contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO

Membro da equipe de planejamento



Emitido em 02/04/2025

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR/2025 - DPP (11.02.04)
(Nº do Documento: 10)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/04/2025 09:00)
GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO
CHEFE
DE SPO (11.02.06)
Matrícula: ###601#3

(Assinado digitalmente em 02/04/2025 09:38)
MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA
DIRETOR
DPP (11.02.04)
Matrícula: ###330#6

(Assinado digitalmente em 02/04/2025 09:42)
NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI
ARQUITETO E URBANISTA
CA SPO (11.02.05)
Matrícula: ###074#8

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **10**, ano: **2025**, tipo:
ESTUDO TECNICO PRELIMINAR, data de emissão: **02/04/2025** e o código de verificação: **d9ff880e57**